

# BOLETIM DA PLENÁRIA DE REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO **CONCURSADOS**

06 de julho de 2023 | 8h30 e 14h | Sind-REDE/BH

## PAUTA:

1. Portaria TRE
2. Minuta Tempo de Planejamento
3. Arcabouço Fiscal e Marco Temporal

## INFORMES POR ESCRITO:

1. PL do Reajuste
2. Ações das aposentadas pela Paridade
3. Extraclasse e Reunião Pedagógica
4. Educação física nos primeiros ciclos
5. Terceirizados

## CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÕES:

- 06/07 às 19h - Reunião Ampliada contra o Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal
- 11/07 - Assembleia Geral dos AAES
- 12/07 às 09h30 - Audiência
- 12/07 às 18h30 - Assembleia de Filiados
- 09/08 e 10/08 - Seminário sobre a carreira da Educação na Rede Municipal 2024

## INFORMES

### CAMPANHA SALARIAL 2023

#### 1. PROJETO DO REAJUSTE É APROVADO EM SEGUNDO TURNO NA CMBH

*Infelizmente, as emendas com as reivindicações da categoria não foram aprovadas.*

Foi aprovado na última sexta-feira (30/06), em segundo turno na Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), o PL 589/23, que versa sobre o reajuste salarial dos servidores públicos municipais. Agora o projeto segue para a sanção do prefeito Fuad Noman (PSD). A expectativa da categoria é que o reajuste de 5,93% possa ser pago ainda na folha do mês de julho (com pagamento em agosto).

#### 2. AÇÕES DAS APOSENTADAS PELA PARIDADE

A diretoria do Sind-REDE/BH acompanhou todo o processo de tramitação do PL 589/23 na CMBH, pressionando os vereadores pela celeridade da sua aprovação, desde as comissões temáticas até o a sua apreciação em Plenário.

O Sindicato também se articulou com os vereadores da bancada de esquerda da Câmara para que estes apresentassem emendas com reivindicações da categoria, como a garantia de progressão de níveis aos trabalhadores em Educação que não conseguiram realizar a avaliação desempenho de 2021; e uma forma de compensação para garantir a paridade das professoras aposentadas que não foram contempladas pelas mudanças de níveis dos trabalhadores da ativa em 2022.

Infelizmente, a maioria dos vereadores seguiram a orientação do governo municipal e votaram contra as emendas, prejudicando mais uma vez as trabalhadoras aposentadas. As subemendas 2 e 3 foram rejeitadas por 28 votos a 12.

As professoras e professores aposentados seguirão lutando em defesa da paridade pela via judicial. Uma ação judicial de autoria do Sind-REDE/BH em defesa da paridade tem avançado de forma positiva às aposentadas e aposentados da educação. A ação teve decisão favorável aos trabalhadores em segunda instância, a Prefeitura ainda pode recorrer.

## **EXTRACLASSE E REUNIÃO PEDAGÓGICA**

### **3. REUNIÕES COLETIVAS NA ESCOLA, UMA NECESSIDADE**

Há anos, o Sind-REDE/BH reivindica, junto a Secretaria Municipal de Educação (SMED), a necessidade de reuniões coletivas semanais nas Escolas. Com a saída de Ingrid Dalben e entrada do novo secretário Charles Martins, a diretoria avalia que há uma oportunidade para efetivação dessa proposta.

Já nas primeiras reuniões entre o Sindicato e o novo secretário, essa foi uma das principais demandas apresentadas pela diretoria, fruto dessas reuniões saiu a minuta do extraclasse.

Os trabalhadores mais antigos da Rede Municipal de Educação recordam que até 2008 eram realizadas reuniões pedagógicas coletivas semanalmente nas escolas. Essas reuniões ocorriam nas sextas-feiras, com duração de duas horas e com a dispensa dos alunos nos turnos em que aconteciam.

Esse era um momento de muita importância, em que nos reuníamos em círculo na sala dos professores e realizávamos discussões a respeito dos projetos pedagógicos que estavam sendo realizados ou a se realizariam nas Escolas ou em toda a Rede. Era também um momento de debate sobre as demandas da direção e da coordenação de cada escola, o que fortalecia a gestão democrática; em que discutíamos sobre questões de nosso interesse profissional e trabalhista; construíamos coletivamente a agenda de atividades da escola e a preparávamos de forma minuciosa.

Nessas reuniões havia muito debate e embate, mas todos tinham o direito de falar e se posicionar. Eram nesses espaços que nos organizávamos e que nos fortalecíamos, tanto como indivíduos, quanto coletivamente. Envolver todos os trabalhadores no processo de organização por local de trabalho sempre foi uma preocupação do Sindicato. Mas infelizmente, os terceirizados não podiam participar desses espaços.

Desde o fim das reuniões coletivas semanais para cá, acumulamos muitos problemas na organização interna das escolas. A organização coletiva das escolas tem se enfraquecido ou deixado de existir, dando lugar a subgrupos que, muitas vezes, se estranham. Resgatar a organização coletiva por meio das reuniões periódicas, seja semanal ou quinzenal, é de fundamental importância na superação dos problemas que enfrentamos hoje.

A proposta de reuniões coletivas apresentada pela minuta da SMED só seria possível com a realização de oficinas com as turmas. Sabemos que há problemas relativos aos oficinairos, mesmo identificando aqueles que realizam um excelente trabalho. Por isso, defendemos que a PBH crie critérios a serem adotados pelas escolas, estabelecendo normas de trabalho nas oficinas, que leve em consideração a qualidade, a diversidade de opções e a conduta com os estudantes. Mesmo com ressalvas, vemos as oficinas como positivas, se estas garantirem o tempo de reunião coletiva.

Defendemos também que a organização e a pauta das reuniões sejam construídas coletivamente entre o corpo docente e a direção/coordenação de cada escola. Assim, podemos democratizar o processo e criar perspectivas de engajamento de todas e todos, com as deliberações do grupo.

Nossa profissão não é somente “o fazer”, ela requer “o pensar”, “o discutir”, “o articular” e “o construir” na intervenção pedagógica para os estudantes. Defender a organização coletiva também é pensar no estudante, que tem o direito a uma interação profissional bem organizada e planejada.

Nesse sentido, este é o momento de nos unirmos em prol da qualidade de nosso trabalho, reivindicando as 8 horas de reuniões coletivas mensais no Ensino Fundamental e Educação Infantil, com planejamento coletivo das reuniões e autonomia das escolas para a organização do tempo de extraclasse.

### **RESULTADOS DA REUNIÃO COM A SMED SOBRE O EXTRACLASSE E REUNIÃO PEDAGÓGICA**

#### **Incorporaram na minuta os seguintes pontos:**

A previsão de que as reuniões pedagógicas aconteçam em agosto.

Após a publicação da portaria, a SMED vai elaborar orientações sobre as 8 horas mensais de reuniões coletivas para assegurar rodízio nos dias da semana e evitar que coincida sempre com extraclasse das mesmas pessoas (ACPATE).

Foi assegurado que o extraclasse será em local de livre escolha do professor da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, incluindo a EJA, de forma a permitir o efetivo trabalho, conforme deliberação coletiva e referendada no Colegiado Escolar.

Essas mudanças foram construídas a partir dos debates nas Plenárias de Representantes ocorridas no mês de junho.

### **4. PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DEVEM SER INCLUÍDOS NOS PRIMEIROS CICLOS DA REDE**

*Apesar de haver concursos em vigência, faltam professores nas escolas. Convocação encerraria demanda de mais de uma década da categoria.*

Aconteceu na segunda-feira (03/07), o 2º Encontro de Professores de Educação Física da Rede Municipal de Belo Horizonte. Essa reunião foi marcada a pedido do secretário de Educação, Charles Martins Diniz, para fazer o repasse das demandas levantadas pela categoria na primeira reunião.

Na primeira reunião, que ocorreu em 6 de junho, a categoria defendeu a presença de professores de Educação Física nos primeiros ciclos da educação municipal, seguindo o exemplo de outras redes, como a

rede estadual de Minas Gerais. O secretário deixou claro que o governo tem interesse em acatar essa demanda e finalizar uma luta da categoria que já dura mais de uma década.

Atualmente, há um concurso vigente para professores de Educação Física, faltando apenas a Câmara de Coordenação Geral (CCG) deliberar sobre o pedido da Secretaria de Educação para que esses professores comecem a ser chamados e incorporados aos quadros das mais de 150 escolas do município que atendem ao 1º e 2º ciclo e ainda não contam com esse profissional especializado.

## EM DEFESA DO EMPREGO

### 5. SIND-REDE REALIZA VIGÍLIA CONTRA AS DEMISSÕES DE TERCEIRIZADOS DURANTE AUDIÊNCIA PÚBLICA

*Sindicato tem se articulado para manter o emprego dos trabalhadores que não foram aprovados no processo seletivo.*

Na última sexta-feira (30/06), o Sind-REDE/BH realizou uma vigília em frente ao Fórum da Justiça do Trabalho contra as demissões dos trabalhadores terceirizados da Educação que não foram aprovados nos processos seletivos da MGS, durante a audiência de conciliação entre MGS, Prefeitura, Sindicato e Ministério Público.

As demissões têm sido realizadas a partir de uma determinação judicial realizada a partir de um acordo feito no Ministério Público do Trabalho. Devido às diversas mobilizações dos trabalhadores terceirizados e do Sind-REDE/BH esse acordo tem sido prorrogado. O último adiamento foi em função da pandemia e o prazo final seria até o dia 30 de julho.

Contudo, o Sindicato solicitou à Justiça uma nova audiência de conciliação, com o objetivo de prorrogar o prazo das demissões dos trabalhadores que não foram aprovados no processo seletivo por mais 24 meses. Esses trabalhadores, em sua maioria, são pessoas mais velhas já próximas de se aposentarem, que dedicaram muitos anos à educação municipal, mas não tiveram acesso à sua própria educação e ao estudo.

A Prefeitura e a MGS se manifestaram de forma favorável ao pleito do Sindicato. Mas infelizmente, o Ministério Público não compareceu à audiência de conciliação. Essa é a segunda audiência em que a instituição se ausenta. Por isso, a Justiça do Trabalho determinou um prazo de cinco dias para que o MP se manifeste. O prazo final para a sentença é o dia 14 de julho.

Na audiência, com o objetivo de atenuar as demissões destes trabalhadores com mais tempo de casa, a MGS informou que o novo processo seletivo divulgado em junho contemplará as 6 funções em que há demissões previstas. Porém, o processo contará com uma nota de corte menor e uma maior pontuação para o tempo de serviço.

A categoria tem a expectativa de que, em sua sentença, o juiz considere as especificidades dos trabalhadores não aprovados no processo seletivo, que são em sua maioria pessoas mais velhas, com baixa ou nenhuma escolaridade e que conceda a prorrogação do prazo, pleiteada pelo Sind-REDE/BH.

## TEXTOS COMPLEMENTARES

### SIND-REDE ORGANIZARÁ NO MÊS DE AGOSTO O SEMINÁRIO DELIBERATIVO SOBRE CARREIRA DA EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Nos dias 09/08 (noite) e 10/08 (dia todo), o Sind-REDE/BH realizará o Seminário Deliberativo sobre a Carreira da Educação na Rede Municipal de Belo Horizonte - 2023.

O Seminário sobre carreira foi o tema escolhido pela categoria num contexto em que os governos municipais têm utilizado a legislação do Piso Salarial Nacional do Magistério (Lei 11.738/2008) para destruir a carreira da educação no município de Belo Horizonte, uma das capitais mais ricas do país.

A carreira da educação foi construída por um processo de muitas lutas e mobilização dos professores e demais trabalhadores em educação. Ela contempla os trabalhadores concursados no cargo de professor fundamental, da educação infantil, assistente administrativo educacional, bibliotecário, pedagogo, auxiliar de escola e técnico em assuntos educacionais. É importante destacar que alguns cargos foram extintos, devido a mudança na estrutura da carreira, como o assistente de biblioteca e assistente de secretaria e transformados em um cargo só: os Assistentes Administrativos Educacionais (AAEs) e outros terceirizados, como o de auxiliar de escola. Logo, não teremos mais concursos para estas funções.

A valorização da educação tem que passar por melhores condições de trabalho e salário e para que isso aconteça, é preciso que a Secretaria Municipal de Educação (Smed) estabeleça como prioridade a valorização dos trabalhadores e que essa política seja executada pela Prefeitura da cidade.

A Prefeitura tem destruído a carreira da educação, colocando em risco todos os direitos que os trabalhadores conquistaram como a valorização por desempenho, quinquênios, férias prêmio e a própria aposentadoria. Essas e outras questões precisam ser discutidas para que tenhamos propostas, já em 2023, a serem construídas pela categoria para compor a Campanha Salarial/Educacional de 2024. Logo, participar deste seminário é de fundamental importância.

O seminário será organizado com mesas temáticas e grupos de trabalho que trarão importantes contribuições para a formação e instrumentalização dos delegados eleitos visando a construção de propostas para o futuro da carreira da educação no município.

## **ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAR DO SEMINÁRIO**

Cada escola deverá eleger 1 delegado(a) para cada 10 trabalhadores(as) para participar do seminário que definirá a posição a ser defendida pelo Sind-REDE sobre a organização da carreira da educação.

Os delegados devem ser eleitos nas escolas, a ata de eleição deverá ser devidamente preenchida e encaminhada no ato das inscrições que devem ser realizadas pelo e-mail redebh@gmail.com.

OBS. Por se tratar de um seminário com tema específico relacionado aos trabalhadores concursados, os delegados e votantes devem ser concursados. Não é obrigatório ser filiado para participar do seminário. Teremos a participação de observadores. Os critérios serão divulgados.

Os textos para a contribuição da discussão do Seminário Deliberativo Carreira da Educação em Belo Horizonte 2023 podem ser enviados até 20/07/2023 para o e-mail redebh@gmail.com

## **SENADO TIRA FUNDEB DO ARCABOUÇO FISCAL, MAS CÂMARA DEFENDE LIMITAÇÃO NA EDUCAÇÃO**

Foi aprovado no Senado, no dia 21/06, a principal proposta econômica do governo Lula, o chamado “Novo Arcabouço Fiscal”. Embora um pouco mais sutil, o projeto preserva a lógica da austeridade neoliberal do desastroso “Teto de Gastos”, que tem amarrado a economia e os investimentos sociais desde a sua aprovação pelo governo Temer (MDB), em 2016.

Assim como o Teto de Gastos, o Arcabouço Fiscal mantém a limitação dos investimentos públicos para garantir superávits primários e o pagamento de juros da Dívida Pública aos banqueiros. Caso não atinja as metas, o projeto prevê “punições ao governo” como vedação a concursos públicos, limitação dos direitos aos servidores e redução de investimentos diretos nas áreas sociais.

Há uma disputa em curso sobre alguns pontos do Projeto, como a inclusão do Fundeb no Teto. O projeto original deixava o Fundeb de fora, o que foi alterado pela Câmara e depois retirado pelo Senado.

Devido a mudança, o PL voltou à Câmara, que tem feito um esforço concentrado para aprová-lo antes do recesso. O relator já afirmou que vai retirar as emendas do Senado, incluindo mais uma vez o Fundeb no teto.

A CSP-Conlutas e outras organizações do movimento sindical estão se articulando em Plenárias para barrar o novo arcabouço fiscal. O primeiro encontro resultou no dia nacional de mobilização, no dia 13 de junho e na Plenária Sindical e Popular, no dia 27 de junho. Em Belo Horizonte uma reunião ampliada pautará o tema amanhã (06/07), às 19h, aqui na sede do Sind-REDE/BH.

## **MARCO TEMPORAL, O QUE ESTÁ EM JOGO?**

A Constituição de 1988 garante o direito originário dos indígenas sobre as suas terras, que deveriam ser demarcadas pelo poder público até 1993, o que infelizmente não aconteceu. A falta de demarcação gera intensas disputas entre governo, fazendeiros e povos indígenas sobre as terras, de modo que muitas dessas disputas tiveram que ser resolvidas na Justiça.

A tese do Marco Temporal foi criada como uma tentativa de pacificar a questão. A tese foi utilizada pela primeira vez em 2009, pela AGU, para garantir a demarcação da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima.

Como o direito à demarcação não existia até a promulgação da Constituição, grandes latifundiários que invadiram terras indígenas começaram a entrar na Justiça, alegando que eles só teriam direito às terras se provassem que já estavam lá antes do da promulgação da Constituição, em 05 de outubro de 1988.

Em 2003, com a criação da reserva indígena Ibirama-Laklãnõ, em Santa Catarina, o governo do Estado recorreu ao Marco Temporal para impedir que uma parte da reserva fosse demarcada, em favor de ruralistas da região, alegando que os indígenas não ocupavam a área em 1988. Porém, os indígenas não estavam na região porque foram expulsos pelos fazendeiros.

O Marco Temporal então passou a ser pauta no STF, e o caso de Santa Catarina deverá servir como parâmetro para mais de 80 casos como esse e mais de 300 processos de demarcação que ainda estão pendentes.

O problema da tese, é que ela ignora os conflitos e expulsões que aconteceram antes de 1988, não cria nem sequer alternativas ao indeferir demarcações em determinado território, o que na prática é uma assimilação cultural forçada, que viola a Constituição.

O texto ainda exige provas documentais de povos que sempre estiveram lá, mas nunca se preocuparam, ou tiveram acesso a mecanismos, que documentassem essa permanência. Por outro lado, para o agronegócio, sempre foi muito fácil conseguir documentos grilados para forjar ocupações que nunca existiram.

### **TRAMITAÇÃO DO MARCO TEMPORAL**

Por medo do STF votar pelo fim da tese do Marco Temporal, o presidente da Câmara Arthur Lira (PP/AL), que tem forte ligação com o Agronegócio, resolveu votar em regime de urgência o PL 490/2007. O Projeto dá força de Lei ao Marco Temporal, além de outros ataques aos povos indígenas e ao meio ambiente, como a permissão para plantar cultivar transgênicos em reservas; a proibição de ampliação das terras já demarcadas; adequação dos processos de demarcação em disputa às novas regras; e expulsando dos povos indígenas de reservas que não cumpram os critérios do Marco Temporal.

O Projeto agora está no Senado, como PL 2093/23, ainda sem previsão de votação. No STF, a votação sobre a constitucionalidade do Marco Temporal está em 2 a 1, mas devido ao pedido de vista do ministro André Mendonça, a votação foi paralisada por 90 dias.